

PARCAIXA, SGPS, SA

RELATÓRIO

E

CONTAS

2017



PARCAIXA, SGPS, SA

ÍNDICE

- **ÓRGÃOS SOCIAIS**
- **RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**
 - 1. Análise económica e financeira
 - 1.1. Análise dos investimentos financeiros
 - 1.2. Análise do resultado do exercício
 - 1.3. Análise da estrutura financeira
 - 2. O Governo da Sociedade
 - 3. Proposta de Aplicação de Resultados
 - 4. Notas Finais
 - 5. Eventos Subsequentes
- **CONTAS E ANEXOS**
- **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**
- **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**
- **ESTRUTURA ACIONISTA**

PARCAIXA, SGPS, SA

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Dr. Hernâni da Costa Loureiro

Secretário

Dr. José do Espírito Santo Menezes e Teles

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ¹

Vogal

Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

CONSELHO FISCAL

Presidente

Dr. Pedro António Pereira Rodrigues Felício

Vogal

Dra. Catarina Sofia Castanheira Nunes

Vogal

Dra. Tânia Sofia Luís Mineiro

Vogal (Suplente)

Dr. João Manuel Barata da Silva

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

João Cipriano & Associado, SROC, Lda, representada pela Dra. Andreia Sofia Sena Barreira

¹ Estão vagos os cargos de Presidente e de dois Vogais do Conselho de Administração, por renúncia dos anteriores titulares



PARCAIXA, SGPS, SA

**RELATÓRIO
DO
CONSELHO
DE
ADMINISTRAÇÃO**



PARCAIXA, SGPS, SA

1. Análise económico-financeira

1.1. Análise dos investimentos financeiros

Durante o exercício de 2017 a Parcaixa manteve um cuidadoso acompanhamento da carteira de participações.

Devido à sua composição, a Sociedade está sujeita à Supervisão do Banco de Portugal, pelo que organizou a sua contabilidade de acordo com as regras das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) (nº 2 do anexo às DF).

No exercício de 2017, a Parcaixa não fez qualquer aquisição ou alienação de participações sociais.

A posição final da carteira de investimentos no exercício de 2017 e de 2016 era a seguinte:

Quadro 1 (euros)

Em Espécie	31/12/2017			31/12/2016		
	Nº ações	% Cap. Soc.	Valor Balanço	Nº ações	% Cap. Soc.	Valor Balanço
Investimentos Filiais			100.000.000			100.000.000
CLF	2.000.000	100	100.000.000	2.000.000	100	100.000.000
Ativos Financeiros Disponíveis p/Venda			206.993.349			201.317.292
AdP	16.511.000	19,0	171.304.000	16.511.000	19,0	171.304.000
Sagesecur	877.500	19,5	2.150.000	877.500	19,5	2.150.000
Galp Energia, SGPS,	1.065.544	0,13	16.329.462	1.065.544	0,13	15.120.069
OMIP	130.500	5,00	832.114	130.500	5,00	832.114
Inapa a)	148.888.866	33,01	16.377.773	148.888.866	33,01	11.911.109

a) Estas ações têm direito de voto, nos termos legais, dado o facto de a Inapa não ter pago o dividendo preferencial durante dois anos. Além disso, por força da disposição estatutária que limita os direitos de voto atribuíveis a um acionista ou a quem com ele esteja sujeito a um domínio comum, a Parcaixa detém 25,07% dos direitos de voto.

As participações na Sagesecur e na OMIP estão valorizadas ao custo histórico, não existindo, em 31 de dezembro de 2017, quaisquer indícios de imparidade.

PARCAIXA, SGPS, SA

O Caixa-Banco de Investimento, elaborou um memorando em março de 2018 de validação da avaliação económico-financeira, efetuada em janeiro de 2016, à Caixa Leasing e Factoring, concluindo-se que as alterações verificadas aos pressupostos económico-financeiros da referida avaliação, não justificava a revisão em baixa do valor dos capitais próprios, pelo que manteve o valor 108,8 milhões de euros atribuído a esta filial. Neste sentido, o valor líquido de balanço desta participação permaneceu inalterado (nº 7 do anexo).

Através da avaliação da AdP, efetuada pelo Caixa-Banco de Investimento, S.A., verificou-se não ser necessário, nem registar nem reverter imparidade, pelo que se manteve o valor de balanço do exercício de 2016.

Os restantes investimentos, classificados em disponíveis para venda estão valorizados ao justo valor (nº 2.1.2 do anexo) e as mais-valias potenciais foram relevadas em reservas de reavaliação (Ponto 1.3 - Quadro 2). Nesta categoria de ativos estão as participações na Galp e na Inapa.

O total dos ativos financeiros constante do quadro 1, no final do exercício de 2017, foi de cerca de 207 milhões de euros, representando um acréscimo de 5,7 milhões de euros relativamente ao exercício anterior (+2,8%). Esta variação resultou da valorização das participações na Galp e na Inapa (nº 6 do anexo).

1.2. Análise do resultado do exercício

Para o desenvolvimento da sua atividade, no exercício de 2017, a sociedade incorreu em vários gastos dos quais se destacam os seguintes:

- Os gastos com os membros do Conselho Fiscal em remunerações e encargos sociais totalizaram 54 milhares de euros (nº 15 do anexo);
- A rubrica de outros gastos administrativos engloba, entre outras de reduzido valor: os honorários do Revisor Oficial de Contas, no montante de 14 milhares de euros (sem IVA); a despesa

PARCAIXA, SGPS, SA

- com a manutenção do registo das ações da própria sociedade na Interbolsa, no montante de 25 milhares de euros; a contabilização dos encargos com as avaliações da AdP e da Caixa Leasing e Factoring, no montante de 141 milhares de euros; despesas judiciais no montante de 13 milhares de euros (nº 16 do anexo);
- Registo de imparidade no montante cerca de 1,5 milhões de euros para “Ativos Disponíveis para Venda”, por forma a ajustar o valor do investimento na Inapa, ao seu valor de mercado (nº 17 do anexo).

No exercício de 2017, a sociedade apurou um total de ganhos de 6,26 milhões de euros, dos quais destacamos:

- juros obtidos com as aplicações em instituições de crédito, sobretudo em depósitos a prazo, no total de 311 milhares de euros (nº12 do anexo);
- juros de suprimentos 463,8 milhares de euros (nº12 do anexo);
- dividendos recebidos da sua participada AdP no montante de 4,95 milhões de euros (nº13 do anexo);
- dividendos de 531 milhares de euros recebidos da sua participada Galp (nº13 do anexo).

O resultado líquido apurado no exercício de 2017 foi de 5.829.042,22 euros, valor superior ao do exercício anterior, que tinha sido afetado pelo registo de imparidade na Inapa de 14,9 milhões de euros.

PARCAIXA, SGPS, SA

1.3. Análise da estrutura financeira

No Ativo, para além dos investimentos indicados no ponto 1.1, a sociedade detém outras aplicações financeiras cujos saldos mais relevantes são os seguintes:

- em disponibilidades, está registado depósito à ordem o montante de 714 milhões de euros (nº 4 do anexo);
- em Ativos por impostos correntes constava no final do exercício, 365 milhares de euros relativos a imposto sobre o rendimento a recuperar (nº 8 do anexo);
- em Outros Ativos, cujo saldo é de 13,1 milhões de euros, estão contabilizados, entre outros, um crédito correspondente a suprimentos no montante de 12,2 milhões de euros que a sociedade detém na Sage secur (nº 9 do anexo).

No Passivo da sociedade está registado na rubrica Passivos por Impostos Diferidos a quantia de 6,1 milhões de euros relativa ao reconhecimento de imparidade na participação na Caixa Leasing e Factoring (nº 8 do anexo).

Os Capitais Próprios registaram um aumento cerca de 13 milhões de euros, face a 2016.

O saldo das reservas de reavaliação que, em 31 de dezembro de 2017, positivo em 9,7 milhões de euros, foi obtido da seguinte forma:

Instrum. Capital valor. ao justo valor	Nº Ações	Valor antes de Imparidade	Imparidade	Valor de Mercado	Mais Valias Potenciais
Galp Energia	1.065.544	12.575.730	0	16.329.462	3.753.732
Inapa	148.888.866	32.755.548	16.377.775	16.377.773	5.955.552
Total		45.331.278	16.377.775	32.707.235	9.709.284

PARCAIXA, SGPS, SA

2. O Governo da Sociedade

A sociedade não tem qualquer empregado e os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração.

Os gastos com os membros do Conselho Fiscal constam do quadro seguinte:

(euros)

	2017			2016		
	Valor Ilíquido	Encargos Sociais	Redução Lei OE/17	Valor Ilíquido	Encargos Sociais	Redução Lei OE/16
Presidente: Dr. Pedro António Pereira Rodrigues Felício	18.000	4.275	0	17.460	4.473	540
Vogal: Dra. Catarina Sofia Castanheira Nunes	14.400	0	0	13.968	0	432
Vogal: Dra. Tânia Sofia Luís Mineiro ²	14.400	1.758	0	7.397	1.758	43
Total do Conselho Fiscal	46.800	7.695	0	38.825	6.231	1.015

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, acordados em 2017 com o Conselho de Administração, relativo aos trabalhos de revisão legal de contas do exercício de 2016, permaneceu em 19 milhares de euros, o mesmo valor que nos três exercícios anteriores, tendo sido faturado 14,25 milhares de euros em 2017 e o valor remanescente faturado em 2018.

As operações realizadas com entidades relacionadas com a sociedade apresentavam, em 31 de dezembro de 2017, os saldos indicados no nº 21 do anexo às Demonstrações Financeiras.

3. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, propõe, em cumprimento do artº 66º, nº 5, alínea f) do Código das Sociedades Comerciais, que o resultado líquido do exercício de 2017, no montante de 5.829.042,22 euros tenha a seguinte aplicação:

- Reserva Legal: 291.452,11€
- Reservas Livres: 5.537.590,11€

² Iniciou de funções em 24-06-2016

PARCAIXA, SGPS, SA

4. Notas Finais

A 4 de janeiro de 2017 a Parcaixa, SGPS, S.A. passou a ser totalmente detida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. na sequência da entrega em espécie de ações da Parcaixa, SGPS, S.A., detidas pela DGTF, representativas de 49% do seu capital social, SA, no âmbito da 1ª fase do processo de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, S.A..

O Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e demais documentos de prestação de contas da sociedade relativos ao exercício de 2016, foram aprovados pelo acionista único, a Caixa Geral de Depósitos, em agosto de 2018.

5. Eventos subsequentes

O Conselho de Administração procedeu à negociação anual dos honorários do Revisor Oficial de Contas, relativo aos trabalhos de revisão legal de contas do exercício de 2017, tendo-se fixado em 11 milhares de euros, representando uma redução de 42% face ao anterior exercício, os quais serão suportados em 2018.

Em junho de 2018 foi autorizado pelo supervisor a alteração da tipologia societária da Caixa Leasing e Factoring de Instituição Financeira de Crédito para Sociedade Financeira de Crédito.

Lisboa, 14 de agosto de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

Vogal

PARCAIXA, SGPS, SA

CONTAS E NOTAS ANEXAS

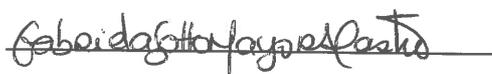
PARCAIXA, SGPS, S.A.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2017

(Euros)

	Notas	31-dez-2017	31-dez-2016
Juros e rendimentos similares	12	775.089	2.892.805
Juros e encargos similares		0	0
Margem financeira		775.089	2.892.805
Rendimentos de instrumentos de capital	13	5.484.827	9.382.363
Encargos com serviços e comissões	14	129	287
Resultados em ativos avaliados ao justo valor através de resultados		0	0
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda		0	0
Outros resultados de exploração	19	1.984	53.391
Produto da actividade		6.261.771	12.328.272
Custos com pessoal	15	54.495	45.056
Outros gastos administrativos	16	213.957	80.311
Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações	17	1.488.889	14.888.887
Resultado antes de impostos		4.504.429	-2.685.982
Impostos		-1.324.613	2.732.870
Correntes	18	-1.324.613	2.732.870
Diferidos			
Resultado após impostos		5.829.042	-5.418.852
Resultado líquido		5.829.042	-5.418.852

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



PARCAIXA, SGPS, SA

Demonstração das alterações nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Outras reservas e resultados transitados					Resultado do exercício	Total
	Reservas de reavaliação	Reservas Livres	Reserva Legal	Resultados transitados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.000.000.000	-5.619.764	0	2.156.364	-44.641.863	57.623.513	1.009.518.250
Distribuição do resultado do exercício de 2015							
Transferência para reservas	0	8.534.099	2.881.176	44.641.863	56.057.138	-56.057.138	0
Distribuição de lucros	0	0	0	0	0	-1.566.375	-1.566.375
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	8.164.103	0	0	0	0	0	8.164.103
Resultado do exercício	0	0	0	0	0	-5.418.852	-5.418.852
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.000.000.000	2.544.339	8.534.099	5.037.540	0	13.571.639	1.010.697.126
Distribuição do resultado do exercício de 2016							
Transferência para reservas	0	0	0	-5.418.852	-5.418.852	5.418.852	0
Distribuição de lucros	0	0	0	0	0	0	0
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	7.164.945	0	0	0	0	0	7.164.945
Resultado do exercício	0	0	0	0	0	5.829.042	5.829.042
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.000.000.000	9.709.284	8.534.099	5.037.540	-5.418.852	8.152.788	1.023.691.114

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



PARCAIXA, SGPS, SA

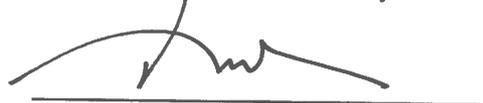
Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	2017-12-31	(Euros) 2016-12-31
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	747.648	3.586.566
Juros, comissões e outros proveitos equiparados pagos	(129)	(287)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(13.161)	3.839.294
Resultados em ativos financeiros de negociação	-	-
Outros resultados	1.984	53.390
	<u>736.342</u>	<u>7.478.963</u>
 (Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Ativos de negociação	-	-
Créditos sobre instituições de crédito	394.410.000	304.112.000
Outros ativos	-	(247)
	<u>394.410.000</u>	<u>304.111.753</u>
 Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Outros passivos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
 Imposto sobre lucros	 7.632.275	 (15.325.165)
 Caixa líquida das atividades operacionais	 <u>402.778.617</u>	 <u>296.265.551</u>
 <u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	5.484.827	9.382.363
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
 Caixa líquida das atividades de investimento	 <u>5.484.827</u>	 <u>9.382.363</u>
 <u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Suprimentos concedidos, liquidados de amortizações	-	682.500
Juros de Suprimentos	495.487	511.289
Dividendos distribuídos	-	(1.566.375)
 Caixa líquida das atividades de financiamento	 <u>495.487</u>	 <u>(372.586)</u>
 Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	 <u>408.758.930</u>	 <u>305.275.328</u>
 Caixa e seus equivalentes no início do período	 305.288.938	 13.610
Caixa e seus equivalentes no fim do período	714.047.868	305.288.938

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



PARCAIXA, SGPS, S.A.

Demonstração dos resultados integral de 2017 e 2016

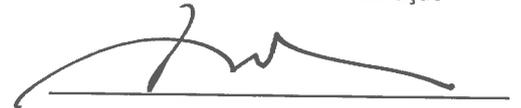
(Euros)

	31-dez-2017	31-dez-2016
Alteração no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Varição no Exercício	7.164.945	-3.075.425
Ajustamentos de reclassificação da reserva de justo valor para resultados		
Reconhecimento de imparidade no exercício	0	0
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	0	0
Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas	7.164.945	-3.075.425
Resultado líquido do exercício	5.829.042	-5.418.852
Total do rendimento integral do exercício	12.993.987	-8.494.277

O Contabilista Certificado

Gabriel do Couto Mayor Alarcon

O Conselho de Administração



1. Nota introdutória

A Parcaixa, SGPS, S.A. (Parcaixa), constituída em 23 de dezembro de 2008, tem como acionista a Caixa Geral de Depósitos, S.A., com participação de 100% no capital social.

A Parcaixa tem por objeto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

2. Políticas contabilísticas

A sociedade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, e assim, nos termos do Aviso nº 1/2005 e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, prepara as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

A sociedade não apresenta contas consolidadas, de acordo com o estabelecido no parágrafo 10 do IAS 27. As demonstrações financeiras da sociedade são incluídas nas contas consolidadas da Caixa Geral de Depósitos, S.A., as quais se encontram disponíveis na sua sede social, na Avenida João XXI, nº 63, 1000-300 Lisboa.

As demonstrações financeiras da Parcaixa, para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017, são apresentados em conformidade com os requisitos definidos pelo IAS 34 (relato financeiro intercalar), e não incluem a totalidade da informação requerida no âmbito da preparação das demonstrações financeiras anuais.

Os princípios contabilísticos mais relevantes, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, foram os seguintes:

2.1. Ativos financeiros

2.1.1. Ativos financeiros disponíveis para venda

Nesta categoria são registados títulos de rendimento variável não classificados no momento da sua aquisição como títulos de negociação, abrangendo essencialmente instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações no seu justo valor são relevados em capitais próprios na rubrica de “Reserva de reavaliação”.

No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas do justo valor são transferidas para resultados do período.

No que respeita aos ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser apurado com fiabilidade, são efetuadas com caráter periódico análises de imparidade, através de avaliação efetuada utilizando o método dos Cash Flows Disponíveis para o acionista.

O valor da perda por imparidade apurada é reconhecida diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem ser revertidas.



Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como proveitos no momento em que se estabelece o direito da sociedade ao seu recebimento.

2.1.2. Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Ativos financeiros disponíveis para venda”, transacionados em mercados ativos, são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor destes ativos financeiros foi determinado com base em cotação de fecho na data de balanço.

2.2. Investimentos em Filiais

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que a Parcaixa se encontre exposta ou detenha direitos sobre resultados variáveis gerados no âmbito da atividade que estas desenvolvam e, simultaneamente, detenha a capacidade de influenciar o valor desses resultados em consequência do exercício do poder que detém (o designado “controlo de facto”).

Estes ativos são registados pelo custo de aquisição, procedendo-se periodicamente a análises de imparidade, através de avaliação efetuada utilizando o método dos *Cash Flows Disponíveis* para o acionista.

2.3. Impostos sobre lucros

A Parcaixa está sujeita a tributação ao abrigo do regime fiscal do Código do imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC) e correspondente derrama (Municipal e Estadual).

2.4. Caixa e seus equivalentes

Na preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Parcaixa considera nesta categoria as rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica refere-se, integralmente, a saldos de caixa.

4. Disponibilidades em outras instituições de crédito

As disponibilidades encontram-se depositadas nas seguintes instituições de crédito:

	2017	2016
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	714.047.676	305.288.738
Caixa - Banco de Investimento, S.A.	81	88
	714.047.757	305.288.827

Estas disponibilidades não são remuneradas.

5. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica contém os seguintes elementos:

	2017	2016
Depósitos a prazo no país	-	394.410.000
Juros a receber	-	436.328
	-	394.846.328

Os valores depositados a prazo na Caixa Geral de Depósitos, S.A. verificaram a sua maturidade durante o ano de 2017, em consequência, o prazo residual dos depósitos e a respetiva taxa média é a seguinte:

	2017	2016
Montante	-	Até 138 dias
Taxa de juro média	-	394.410.000
	-	0,37%

6. Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica era composta por:

Instrumentos de capital

. Valorizados ao custo histórico

	% Particip	2017	2016
Sagesecur, S.A.	19,5	2.150.000	2.150.000
AdP-Águas de Portugal, SGPS. S.A.			
Antes de imparidade	19,0	178.942.493	178.942.493
Imparidade acumulada		(-7.638.493)	(-7.638.493)
OMIP, SGPS, S.A.	5,0	832.114	832.114
Total		174.286.114	174.286.114

. Valorizados ao justo valor

	%	2017	2016
	Participação		
Galp Energia SGPS S.A.	0,13	16 329 462	15.120.069
Inapa S.A.			
Antes de imparidade	33,01	32 755 548	26.799.996
Imparidade acumulada		-16.377.775	-14.888.887
		<hr/>	<hr/>
		32 707 235	27.031.178
Total		206.993.349	201.317.292

7. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016, esta rubrica diz respeito na íntegra a uma participação na Caixa Leasing Factoring, I.F.I.C., S.A. ("CLF"), representativa da totalidade do seu capital social.

Em 2012, foi reconhecida, para esta participação, uma imparidade, no valor de 100.100.000 Euros, após avaliação efetuada pela Caixa - Banco de Investimento, S.A., que utilizou o método dos *Cash-Flows Disponíveis* para o acionista. Na avaliação, efetuada em 2015, foi utilizada uma taxa de desconto que variou entre os 7,9% e os 9,5%. Em resultado desta avaliação foi apurado um valor de capitais próprios para a CLF que permitiu reverter em 50.100.000 euros o valor da imparidade constituída em 2012, fixando-se em 100.000.000 euros o valor desta participação. Em dezembro de 2017, a Caixa - Banco de Investimentos, S.A. defendeu, através de um memorando de validação da avaliação económica de Dezembro de 2016, a manutenção do valor dos capitais próprios da CLF reportados nessa avaliação. Nesse sentido, o valor da participação da Parcaixa na Caixa Leasing e Factoring I.F.I.C., S.A. permaneceu inalterada.

8. Impostos sobre o Rendimento

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o saldo dos ativos e passivos por impostos sobre o rendimento era o seguinte:

. Imposto corrente

	2017	2016
Imposto sobre o rendimento a recuperar	364.968	7.235.383
Imposto sobre o rendimento a pagar	(235.521)	(798.274)
	<hr/>	<hr/>
	129.447	6.437.109

. Imposto diferido

	2017	2016
Passivos por impostos diferidos – diferenças temporárias	(-6.139.131)	(-6.139.131)

A reconciliação dos encargos com impostos suportados nos exercícios de 2017 e 2016, apresenta o seguinte detalhe :

	2017	2016
Resultado antes de Impostos	6.064.570	- 4.620.577
Dividendos recebidos das participadas	4.953.300	8.896.270
Insuficiência de Impostos (*)	-	1.934.597
Multas e Coimas	6.733	319
Reversão de Imparidade	-	-
Imparidade para Adv's (**)	1.488.889	14.888.887
Lucro Tributável	1.046.758	3.306.955
Dedução do Prejuízo Fiscal	-	-
Matéria Coletável	1.046.758	3.306.955
Imposto – taxa nominal IRC (***)	219.819	694.461
Derrama municipal e estadual	15.701	103.813
Total do Imposto Corrente	235.521	798.274
Reversão de impostos diferidos passivos	-	-
Total Imposto Diferido	-	-
Encargos com Impostos	235.521	798.274

(*) Este saldo resultou de uma insuficiência no cálculo da derrama de 2015 e de um acerto de contas efetuado pela Autoridade Tributária ao exercício de 2011

(**) Foi constituída uma imparidade para os títulos da INAPA, detidos para venda, na medida em que se verificou um dos pressupostos necessários para esse efeito, designadamente a existência de menos valias potenciais superiores a 50%. Foi feito um reforço em 2017.

(***) A taxa nominal de IRC em vigor no exercício de 2017 e 2016 foi de 21%. O saldo de prejuízos fiscais a utilizar em 2017 é nulo.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica de passivos por impostos diferidos resulta do reconhecimento de imparidades na participação, detida pela Parcaixa, na Caixa Leasing Factoring, S.A., ocorrida no exercício de 2012 e da reversão do valor dos impostos diferidos, ocorrida em Dezembro de 2015. Em 2017 esta rubrica manteve-se inalterada.

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Suprimentos – Sagesecur, S.A.	12.180.000	12.180.000
Juros a receber de suprimentos	462.109	495.487
Outros devedores	413.200	413.200
Outros ativos	19.946	19.947
	13.075.255	13.108.632

Os suprimentos referentes à Sage secur, S.A., são remunerados, em 2017, à taxa fixa de 3.86%, calculados no final de cada mês. O último pagamento de juros, de 497.147 euros, ocorreu em Maio de 2017.

10. Outros Passivos

Esta rubrica é composta por :

	2017	2016
Outros Credores	4.414.087	4.160.443
Retenção de impostos na Fonte	1.587	1.599
	4.415.674	4.162.042

11. Capital

O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado, estando representado por 1.000.000.000 ações com um valor nominal de 1 Euro cada, com a seguinte composição:

	Categoria A	Categoria B	Total	%
Caixa Geral Depósitos S.A.	850.000.000	150.000.000	1.000.000.000	100

Considerando o “General Agreement” celebrado, em 23 de agosto de 2016, entre a Comissão Europeia e o Estado Português, com vista à recapitalização da CGD e mediante a autorização do Banco de Portugal e do Banco Central Europeu, ficou definido que, no total do aumento de capital da CGD, a parcela de 498.995.550,00 euros diria respeito a uma entrada em espécie de 490.000.000 de ações da Parcaixa – SGPS, SA., das quais 340.000.000 da categoria A e 150.000.000 da categoria B, representativas da participação detida pela DGTF – Direção Geral de Tesouro e Finanças. Este acordo teve como pressuposto tornar a Caixa Geral de Depósitos, S.A. a única detentora do capital da Parcaixa SGPS, SA., tendo o processo sido iniciado a 30 de Novembro de 2016, com a transmissão da participação da Parcaixa, SGPS, S.A. para a DGTF. A 4 de Janeiro de 2017 procedeu-se à passagem efetiva desta participação da DGTF para a Caixa Geral de Depósitos, S.A. passando esta entidade a ser a detentora da totalidade do capital social da Parcaixa, SGPS, S.A..

Ao nível do **resultado líquido** temos:

2017	2016
5.829.042	-5.418.852

Por ausência de uma deliberação relativa à aprovação das contas de 2016, o resultado permanece em resultados transitados.



Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica de reservas de reavaliação apresenta o seguinte detalhe:

	2017	2016
INAPA S.A.	5.955.552	-
Galp Energia, SGPS, S.A:	3.753.732	2.544.339
	9.709.284	2.544.339

As Outras Reservas e Resultados Transitados apresentaram, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o seguinte detalhe:

	2017	2016
Reserva Legal	5.037.540	5.037.540
Reservas Livres	8.534.099	8.534.099
Resultados Transitados	-5.418.852	-
	8.152.788	13.571.639

12. Juros e rendimentos similares

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Juros de aplicações em instituições de crédito - No país	311.320	2.397.318
Juros de suprimentos	463.769	495.487
	775.089	2.892.805

13. Rendimentos de instrumentos de capital

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, foram obtidos os seguintes rendimentos de instrumentos de capital:

- De instrumentos de capital valorizados aos custo histórico

	2017	2016
AdP-Águas de Portugal SGPS, S.A.	4.953.300	8.896.270

- De instrumentos de capital, valorizados ao justo valor

	2017	2016
Inapa S.A.	-	-
Galp Energia, SGPS, S.A.	531.527	486.093
Total	5.484.827	9.382.363

14. Encargos com serviços e comissões

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Operações sobre instrumentos financeiros	-	147
Serviços prestados por terceiros	129	134
	129	287

15. Custos Com Pessoal

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica refere-se a encargos remuneratórios com membros do órgão de fiscalização, apresentando a seguinte composição:

	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais de fiscalização	54.495	45.056
	54.495	45.056

16. Outros gastos administrativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os valores desta rubrica são os seguintes:

	2017	2016
Deslocações	-	26
Formação de pessoal	-	96
Serviços especializados :		
- Avenças e honorários	158.978	41.820
- Judiciais contencioso e notariado	23.536	13.203
- Outros serviços de terceiros	24.710	25.166
- Outros encargos	6.733	-
	213.957	80.311

Nos exercícios de 2017 e 2016, os honorários pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, relativos à revisão legal de contas anual, ascenderam a 11.400 euros e 19.000 euros, respetivamente (valor sem IVA).

17. Imparidade

Em Dezembro de 2015, a Caixa Leasing e Factoring, I.F.I.C., S.A. ("CLF") ficou registada com um valor de balanço de 100.000.000 euros, por via do incremento do valor da avaliação efetuada pela Caixa-Banco de Investimento, S.A. ("CBI"), tendo-se procedido nesta data à reversão de 50.100.000 euros no valor da imparidade. Em Dezembro de 2016, o CBI recomendou a manutenção do valor dos capitais próprios da CLF, não se tendo verificado alterações nos valores da imparidade constituída.

Registaram-se, em Dezembro de 2016, 14.888.887 euros de imparidade para Ativos Disponíveis para Venda, por forma a ajustar o valor do investimento na Inapa S.A., ao seu valor de mercado.



Em 2017, por força da descida da cotação da Inapa S.A., ocorreu um reforço de imparidade no valor de 1.488.889 euros.

18. Impostos Correntes

	2017	2016
Imposto sobre o Lucro do Exercício	235.521	798.273
Correções relativas exercícios anteriores	(-1.560.133)	1.934.597
	(-1.324.613)	2.732.870

19. Outros resultados de exploração

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Imposto do selo	-	(-7)
Encargos com multas e penalidades	-	(-321)
Outros Ganhos	1.984	53.719
	1.984	53.391

20. Relato por segmentos

A atividade da Parcaixa foi integralmente realizada em Portugal.

21. Entidades relacionadas

Os saldos e transações referentes às operações realizadas com entidades relacionadas são os seguintes:

Dezembro_2017

	<u>CGD</u>	<u>Caixa BI</u>	<u>Sagesecur</u>	<u>Águas de Portugal</u>	<u>Caixa Leasing Factoring</u>
<u>Balanco:</u>					
Depósitos à ordem	714.047.676	81			
Depósitos a prazo	-				
Juros a Receber de depósitos a prazo	-				
Suprimentos			12.180.000		
Juros de suprimentos a receber			462.109		
Investimentos em filiais e associadas					100.000.000
Outros valores a receber/ a pagar		-141.450			
<u>Proveitos:</u>					
Rendimento de instrumentos de capital				8.896.270	
Juros e rendimentos similares	311.320		463.769		
<u>Custos:</u>					
Comissões	123	6			
Serviços Especializados		141.450			

Dezembro_2016

	<u>CGD</u>	<u>Caixa BI</u>	<u>Sagesecur</u>	<u>Águas de Portugal</u>	<u>Caixa Leasing Factoring</u>
<u>Balanco:</u>					
Depósitos à ordem	305.288.738	88			
Depósitos a prazo	394.410.000				
Juros a Receber de depósitos a prazo	436.328				
Suprimentos			12.180.000		
Juros de suprimentos a receber			495.487		
Investimentos em filiais e associadas					100.000.000
Outros valores a receber					
<u>Proveitos:</u>					
Rendimento de instrumentos de capital				8.896.270	
Juros e rendimentos similares	2.397.318		495.487		
<u>Custos:</u>					
Comissões	147				
Serviços Especializados		18.450			

22.Outras informações

A Parcaixa não é devedora de quaisquer montantes em dívida, quer na Fazenda Pública, quer na Direção Geral da Segurança Social.

PARCAIXA, SGPS, SA

**RELATÓRIO
E
PARECER
DO
CONSELHO FISCAL**

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Exercício de 2017

1. Introdução

As competências do Conselho Fiscal (CF) resultam da conjunção do disposto no artigo 24.º dos Estatutos e no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

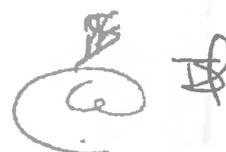
O presente relatório e parecer incidem sobre a atividade desenvolvida pelo CF e sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2. Atividade desenvolvida

O CF desenvolveu as suas funções com base na informação financeira e contabilística disponibilizada e nos esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração (CA) da PARCAIXA, ao qual o CF agradece a colaboração prestada e a atenção às questões colocadas.

Após encerramento das contas do exercício de 2017, o CF analisou o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo CA da PARCAIXA em 14 de agosto de 2018, tendo em vista a emissão do correspondente relatório e parecer.

O CF manteve a posição assumida no parecer sobre exercício anterior, isto é, acolheu o parecer da Direção de Assuntos Jurídicos da Caixa Geral de Depósitos (CGD), dando conta que, pese embora a atual inobservância de quórum do Conselho de Administração da PARCAIXA, a aprovação e assinatura dos documentos de prestação de contas da PARCAIXA pode ser executada pelo único administrador em funções, dado que os mesmos se destinam a ser posteriormente apresentados para aprovação em Assembleia Geral de acionistas.



3. Apreciação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras

O relatório de gestão e as contas apresentadas pelo CA evidenciam adequadamente a atividade desenvolvida no exercício e, quanto possível, as perspetivas futuras, bem como os aspetos relevantes da governação. Estes últimos são pouco significativos, tendo em conta a inexistência de pessoal próprio e que não há qualquer remuneração dos membros do CA.

O relatório de gestão analisa suficientemente a estrutura dos ativos e a formação dos rendimentos e gastos. Para o resultado líquido positivo do exercício de 2017 (5.829.042 euros), o CA propõe a aplicação de 291.452 euros em Reservas Legais e 5.537.590 euros em Reservas Livres.

O Revisor Oficial de Contas emitiu em 19 de setembro de 2018 a Certificação Legal das Contas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, sem reservas e sem ênfases, que o CF apreciou e que compreendem o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, do Resultado Integral, das Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício, bem como o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

O Balanço do exercício evidencia um total do ativo de 1.034,5 milhões de euros e um aumento de cerca de 13 milhões de euros do total do capital próprio, face a 2016, o qual inclui 5,8 milhões de euros do resultado do exercício e o incremento de 7,2 milhões de euros em reservas de reavaliação, decorrente da contabilização da diferença entre o valor de aquisição das ações da GALP e da INAPA e o valor de mercado das mesmas.

A carteira de ativos disponíveis para venda regista um aumento de 5,7 milhões de euros face a 2016, motivada pelo aumento do valor das ações da INAPA e das ações da GALP.

Relativamente ao passivo, destaca-se a dívida à CGD no valor de 4,4 milhões de euros, resultante dos pagamentos por conta efetuados pela CGD em nome da PARCAIXA, em virtude de só existir um administrador em funções (a Sociedade obriga-se com 2 assinaturas). Este valor é fundamentalmente relativo ao pagamento de impostos.

O resultado líquido apurado no exercício de 2017 foi positivo em 5.829.042 euros, devido, essencialmente, aos rendimentos dos instrumentos de capital, mais concretamente os dividendos da AdP e GALP.

PARCAIXA, SGPS, SA

CONSELHO FISCAL

No exercício de 2017, a PARCAIXA registou um total de ganhos de 6,3 milhões de euros, devido aos juros obtidos com as aplicações em depósitos a prazo (311,3 milhares de euros), a juros de suprimentos (463,8 milhares de euros), aos dividendos recebidos da AdP (4,9 milhões de euros) e aos dividendos recebidos da Galp (532 milhares de euros).

Tendo em conta a presente apreciação, bem como os trabalhos e atividades descritos no ponto 2. acima, o CF, não tendo conhecimento de qualquer dado relevante que pudesse alterar, com materialidade, o seu parecer, concluiu que o relatório de gestão e as contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da PARCAIXA naquela data.

4. Parecer

Analisados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2017 da PARCAIXA e perante a Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, sem reservas e sem ênfases, o CF considera que estes documentos cumprem os requisitos exigíveis e é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2017, apresentados pelo Conselho de Administração da PARCAIXA;
- b) Pondere sobre a proposta de aplicação de resultados que faz parte integrante do Relatório de Gestão;
- c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e dela retire as conclusões referidas no artigo 455º do CSC.

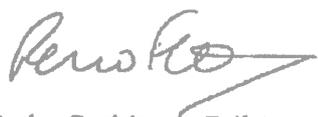
Lisboa, 20 de setembro de 2018.



PARCAIXA, SGPS, SA

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal



Pedro Rodrigues Felício, *Presidente*



Catarina Nunes, *Vogal*

Tânia Sofia Luis Mineiro

Tânia Mineiro, *Vogal*

PARCAIXA, SGPS, SA

**CERTIFICAÇÃO LEGAL
DE
CONTAS**



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da PARCAIXA, SGPS, S.A., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total líquido de 1.034.481.440 euros e um total de capital de 1.023.691.114 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 5.829.042 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações nos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da PARCAIXA, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias devem ser consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Em 31 de dezembro de 2017 a PARCAIXA incluía no seu balanço um valor global de 306.993.349 euros referente a um conjunto de ativos financeiros correspondentes a participações empresariais, dos quais: (i) 206.993.349 euros classificados como “ativos financeiros disponíveis para venda”, e (ii) 100.000.000 euros de uma participação com controlo total, apresentada em “Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos”. Sobre todos esses ativos impendem, por definição, riscos de distorção associados à sua mensuração/ valorização, nomeadamente no que respeita aos riscos de imparidade.	Análise das atividades de controlo relevantes adotadas pela PARCAIXA no processo de determinação dos valores associados aos ativos em causa e sua repercussão no relato financeiro, especialmente nos casos de existência de imparidade. Análise e teste aos valores contabilizados para os ativos em causa, bem como às respetivas quantias recuperáveis / justo valor à data de relato, com recurso, quer aos valores de mercado dos ativos, quer aos dados de relato financeiro e avaliação externa, nestes casos com verificação dos respetivos pressupostos e metodologias.

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742



Continuidade

Tal como referido nas notas anexas às demonstrações financeiras, a Entidade prepara as demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade. O pressuposto da continuidade implica que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter as atividades e que o órgão de gestão não tem intenção de cessar as atividades no curto prazo.

Com base no nosso trabalho, informamos que não temos conhecimento de qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possa suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade em continuar as suas atividades.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal;
- a elaboração do relatório de gestão e, se aplicável, do relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares;
- a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro,



dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

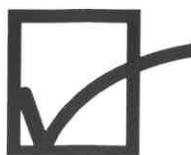
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.



Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de abril de 2009, para um complemento de mandato compreendido entre 2009 e 2010. Fomos nomeados em assembleia geral de acionistas realizada em 14 de novembro de 2011, para um segundo mandato de 2011 a 2013. Por sua vez, em assembleia geral de acionistas de 24 de junho de 2014, esta sociedade de revisores oficiais de contas foi nomeada para o mandato correspondente ao triénio de 2014 a 2016. Por força do n.º 2 do art.º 54º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e sob proposta do Conselho Fiscal da Entidade, mudou em 2016 o representante legal desta SROC nas funções de auditoria à Entidade, situação que se manteve em 2017 de acordo com deliberação de 19 de julho de 2018 da assembleia geral, na qual foi aprovada a extensão de mandato por mais um ano.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer fraude ou indício de fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com um relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da PARCAIXA na presente data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 19 de setembro de 2018

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda.”

(Inscrita sob o n.º 119 na OROC e sob o n.º 20161428 na CMVM)

Representada por

Andreia Sofia Sena Barreira (ROC n.º 1739)

PARCAIXA, SGPS, SA

ESTRUTURA ACIONISTA

Em cumprimento dos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais:

Acionistas	Nº ações	Categoria
Caixa Geral de Depósitos, SA	850.000.000	A
	150.000.000	B